

XVI Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología. XXXI Jornadas de Investigación. XX Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. VI Encuentro de Investigación de Terapia Ocupacional. VI Encuentro de Musicoterapia. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2024.

Análise institucional e cartografia: desafios teórico-metodológicos da pesquisa no contexto prisional.

Albuquerque Figueiro, Rafael.

Cita:

Albuquerque Figueiro, Rafael (2024). *Análise institucional e cartografia: desafios teórico-metodológicos da pesquisa no contexto prisional*. XVI Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología. XXXI Jornadas de Investigación. XX Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. VI Encuentro de Investigación de Terapia Ocupacional. VI Encuentro de Musicoterapia. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-048/770>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evo3/q3V>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

ANÁLISE INSTITUCIONAL E CARTOGRAFIA: DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA NO CONTEXTO PRISIONAL

Albuquerque Figueiro, Rafael
Universidade Potiguar. Natal, Brasil.

RESUMEN

O presente texto se propõe a realizar um debate epistemológico sobre os limites, desafios e pontos fortes da análise institucional e da cartografia no que diz respeito a produção de conhecimento e intervenção em cenários de violação de direitos. Problematisa-se, sobretudo, a noção de implicação e as possíveis estratégias de intervenções nesses campos de pesquisa. Quais os limites e possibilidades para o pesquisador que se situa em contextos de violação de direitos? Quais técnicas e estratégias tem sido melhor aproveitadas na produção de conhecimento nesses contextos? Dessa forma, através da análise de algumas estratégias já utilizadas em contextos de violações de direitos (prisões, com pessoas em situações de rua, etc.), o texto reflete sobre como a observação participante, a entrevista e as rodas de conversa podem ser ajustadas, afim de se tornarem estratégias importantes no processo de pesquisa cartografia e na análise institucional de grupos de coletivos. Como conclusão, as estratégias elencadas tomam o conceito de “subjetividade” como bússola do processo de pesquisa, norteando o pesquisador no cenário de violação de direitos.

Palabras clave

Análise institucional - Cartografia - Método - Subjetividade

ABSTRACT

INSTITUTIONAL ANALYSIS AND CARTOGRAPHY: THEORETICAL-METHODOLOGICAL CHALLENGES OF RESEARCH IN THE PRISON CONTEXT

This text aims to carry out an epistemological debate on the limits, challenges and strengths of institutional analysis and cartography with regard to the production of knowledge and intervention in scenarios of rights violations. Above all, the notion of implication and possible intervention strategies in these fields of research are problematized. What are the limits and possibilities for the researcher who finds himself in contexts of rights violations? What techniques and strategies have been best used in the production of knowledge in these contexts? Thus, through the analysis of some strategies already used in contexts of rights violations (prisons, with people living on the streets, etc.), the text reflects on how participant observation, interviews and conversation circles can be adjusted, in order to become

important strategies in the cartography research process and in the institutional analysis of collective groups. In conclusion, the strategies listed take the concept of “subjectivity” as a compass for the research process, guiding the researcher in the scenario of rights violations.

Keywords

Institutional analysis - Cartography - Method - Subjectivity

Introdução

Nas pesquisas acadêmicas é comum o embate entre métodos quanti e qualitativos, sobretudo no campo das ciências humanas e psicologia. Sem querer focar nesse debate, pretendemos, outrossim, discorrer sobre os elementos que compõem duas estratégias metodológicas bastante utilizadas na produção de conhecimento em psicologia: a análise institucional e a cartografia. Enquanto a análise institucional se propõe a pensar o movimento de grupos e coletivos, deflagrando processos de autoanálise e autogestão, a cartografia surge com o desafio de mapear processos de produção de subjetividades. Assim, escolas, serviços de saúde, organizações públicas e privadas, etc., inúmeros são os espaços onde tais estratégias metodológicas tem se debruçado, sobretudo na área da saúde coletiva e psicologia (Cintra, Mesquita, Matumoto & Fortuna, 2017). Dentre esses espaços, estão os contextos de violações de direitos (prisões, espaços de cumprimento de medidas socioeducativas, moradias irregulares e pessoas em situação de rua, etc.), contextos estes que requerem estratégias e cuidados específicos quanto às estratégias metodológicas utilizadas, o que pretendemos focar no presente texto.

Assim, o presente texto se propõe a realizar um debate epistemológico sobre os limites, desafios e pontos fortes da análise institucional e da cartografia no que diz respeito a produção de conhecimento e intervenção em cenários de violação de direitos, em particular as prisões. Problematisa-se, sobretudo, as possíveis estratégias de intervenção nesses campos de pesquisa, refletindo sobre a relevância de determinados procedimentos, bem como ajustes e modificações necessários ao fazermos pesquisa nesses campos. Quais os limites e possibilidades para o pesquisador que se situa em contextos de violação de direitos? Quais técnicas e estratégias tem sido melhor aprovei-

tadas na produção de conhecimento nesses contextos? E, por fim, qual o lugar da subjetividade nesse campo e nesse cenário epistemológico?

Considerações sobre a análise institucional e a cartografia

Surgida na França durante o maio de 1969, a análise institucional propõe que os próprios grupos recuperem a capacidade de pensar e refletir sobre seus problemas (auto análise), assim como de propor soluções para os mesmos (auto gestão) (Barembliitt, 1992). Nessa direção, a análise institucional reflete sobre as forças que compõe o social, atentando para aquilo que se coloca enquanto instituído, dado, congelando os processos de mudanças, tentando favorecer possíveis forças instituintes (que apresentam o novo, a transformação), que possam potencializar os coletivos.

A análise institucional, portanto, é um conjunto de saberes e práticas que visa a análise de grupos e coletivos, visando um melhor funcionamento dos mesmos, elucidando as dinâmicas institucionais em curso. Dentre as várias vertentes da análise institucional, podemos citar a socioanálise (bastante difundida no Brasil), sendo caracterizada pela aplicação prática dos preceitos institucionalistas no trabalho com grupos; e a esquizoanálise, tendo como principais referências Guattari, Deleuze, Rolnik, entre outros pensadores, com foco sobretudo nas “micropolítica das relações desejantes e de poder” (Rolnik, 1989, citado por Cintra, Mesquita, Matumoto & Fortuna, 2017). Para Barembliitt, a esquizoanálise toma o conceito de desejo como elemento central de suas análises, força propulsora que mobiliza o sujeito para a ação (2002, citado por Cintra, Mesquita, Matumoto & Fortuna, 2017).

A esquizoanálise apresenta a ideia de cartografia em “Mil Platôs, vol. I” (Deleuze & Guattari, 1995, citado por Cintra, Mesquita, Matumoto & Fortuna, 2017), como um dos princípios do rizoma, para compreender as produções sociais e os processos de subjetivação. A cartografia, antes de ser um método, se situa enquanto uma discussão metodológica, propondo uma revalorização da dimensão subjetiva em pesquisa. Nesse sentido, tem sido pensado principalmente por autores como Gilles Deleuze, Michel Serres, Michel Foucault, Felix Guattari, Suely Rolnik e Pierre Lévy, ao que se convencionou chamar de filosofia da diferença, com inegável influência do pensamento de Friedrich Nietzsche (Kirst, Giacomel, Ribeiro, Cota & Andreoli, 2003).

Como o próprio nome indica, a cartografia busca dar conta de um espaço pensando as relações possíveis entre territórios, capturando intensidades e atentando para o jogo de transformações desse espaço. Assim, está interessada em experimentar movimentos/territórios, novos modos de existência, sempre a favor da vida, dos movimentos que venham a romper com o instituído (Kirst, 2003). A ideia central da cartografia consiste em acompanhar processos de subjetivação, criando mapas das paisagens psicossociais (Rolnik, 1989). Do ponto de vista metodológico, estuda objetos de caráter mais subjetivo, exigindo do

pesquisador habitar determinados territórios existenciais (Cintra, Mesquita, Matumoto & Fortuna, 2017). Mapear essas forças, favorecendo os processos instituintes, revolucionários, esse é o papel do pesquisador cartógrafo.

Nas estratégias acima apresentadas (análise institucional e cartografia) há uma consonância de pensamento/movimento, afirmando uma perspectiva de pesquisa-intervenção que questiona práticas instituídas, através da promoção de processos auto-analíticos, no sentido de permitir que surjam e se afirmem linhas de força instituintes (Barembliitt, 1998).

Feitas essas ressalvas, partiremos para um momento do texto mais objetivo, cuja finalidade consiste em partilhar algumas estratégias metodológicas, bem como vantagens e desvantagens das mesmas.

Observação participante: uma “etn-cartografia”

As técnicas de observação participante remontam às primeiras experiências etnográficas, cujo focal principal consistia em descrever um determinado contexto, cultura ou comportamento. Para isso, o pesquisador, imbuído de uma curiosidade científica, se permitia uma certa imersão ao campo de pesquisa, se misturando aos sujeitos de pesquisa, executando com eles algumas atividades do dia a dia, o que permite o contato com o cotidiano dos sujeitos em questão, aproximando discursos, falas, afetos, etc. (Campos, 2007), para uma melhor compreensão das práticas e do contexto a ser investigado. Tendo origens epistemológicas na antropologia e etnografia, a observação participante permite o estranhamento do que cotidianamente se apresenta naturalizado, problematizando hábitos e comportamentos presentes em dado contexto.

Nas pesquisas cartográficas, a observação participante surge como uma estratégia importante, tendo em vista que instrumentaliza os pesquisadores (em uma corrente teórico-metodológica relativamente nova) com uma estratégia já consolidada e bastante conhecida nas pesquisas acadêmicas.

Porém, do ponto de vista cartográfico, alguns ajustes são necessários a fim de atender ao que pretende o cartógrafo. Um ponto inicial a ser destacado aqui diz respeito ao olhar do cartógrafo. Enquanto na observação participante o etnógrafo clássico se propõe a descrever detalhadamente o ambiente, costumes e comportamentos, de uma maneira, de certo modo, neutra, o cartógrafo em sua experiência de campo atenta para os elementos mais invisíveis: o discurso, a postura, gestos, afetos e, sobretudo, o impacto disso na produção de territórios existenciais, nas subjetividades. Mais do que estar atento ao ambiente, o cartógrafo está atento as reverberações que o campo produz em seu próprio corpo, já que, conforme nos lembra Passos, Kastrup e Escóssia (2009), o corpo é o instrumento de pesquisa do cartógrafo, é ele quem primeiro reage quando sentimos medo, dor, revolta, liberdade...

Em nossa experiência, os campos de pesquisa, em geral, davam contornos muito específicos a esses elementos. No cenário,

prisonal, por exemplo, fazia muito sentido observar a postura corporal dos trabalhadores (policiais penais), atentando para como o trabalho e a socialização no ambiente prisional produzia efeitos nos gestos e modos de habitar aquele espaço, produzindo rigidez, postura militarizada e atitude ríspida para com os presos, o que foi descrito como “militarização” da subjetividade (Figueiró, 2015; Figueiró & Dimenstein, 2019). Além de observar os trabalhadores, parte importante do processo de pesquisa consistia em observar a nós mesmos, enquanto pesquisadores, imersos naquele contexto de pesquisa. O mau cheiro, o ar “abafado” do ambiente, o peso depois de um dia inteiro circulando pelos corredores da prisão, o medo ao entrar em um pavilhão, tudo isso deixa marcas nos pesquisadores, para além dos registros formais de qualquer instrumento de pesquisa.

Além dos pontos supracitados, o termo “participante” pode significar uma real inserção do pesquisador no cenário pesquisado. No contexto prisional, por exemplo, tivemos a oportunidade de trabalhar com policiais penais em um presídio estadual, vestindo um uniforme de policial penal e executando todas as tarefas atribuídas a um carcereiro. A partir de um convite dos próprios carcereiros, foi entregue um uniforme ao pesquisador, que passou a circular pelos corredores e executar as atividades que compõem a rotina de um policial penal, cumprindo também um plantão de 24hs (por 72hs de descanso). Sim, nesse caso o pesquisador também dormiu na prisão, com os sujeitos da pesquisa (policiais penais), fato talvez inédito em pesquisas acadêmicas. Mais do que observar, o cartógrafo, dentro dessa estratégia metodológica, se mistura ao campo, criando um “plano comum”, como bem salientou Kastrup e Passos (2013). Já não se trata de observar algo externo acontecendo, mas de constituir, junto com os sujeitos em questão, um plano comum, territórios existenciais a serem habitados e cartografados: “Devemos construir um comum que não é pautado em relações de semelhança nem tampouco de identidade. [...] O comum é aquilo que partilhamos e em que tomamos parte, pertencemos, nos engajamos”. (Kastrup & Passos, 2014). Ao traçar um plano comum com policiais penais, por exemplo, talvez já não estejamos apenas falando de observar o medo, mas senti-lo. Não se trata de analisar a rispidez, mas compor com esses trabalhadores um modo de funcionamento que é ríspido, duro..

Na esteira desse plano comum, a ser criado pelo pesquisador e sujeitos da pesquisa, surge um ponto problemático desta técnica que diz respeito à participação do pesquisador nas diversas ações que por ventura possam resultar em violações/violências. Seja assistindo passivamente alguma violação (agressão a presos, xingamentos, etc.), ou sendo convidado (ou até mesmo coagido) a executar ações violadoras (como no caso em que fui convidado a agredir um preso condenado por estupro, em um momento em que outros policiais já haviam feito o mesmo).

Assim, ocupar a posição de pesquisador em contextos de violações de direitos traz à tona dilemas éticos sérios a serem considerados antes ou no decorrer da pesquisa. A proximidade

com as situações limítrofes (em presídios, instituições totais diversas, nas ruas, etc.), coloca o pesquisador em contato direto com situações violadoras, das mais diversas, o que requer uma postura diferente dos contextos tradicionais de pesquisa. Nessa situação, alguns pontos merecem atenção.

Primeiro uma questão de ordem ética que diz respeito ao risco que o pesquisador corre ao ocupar esse lugar, em contato direto com situações potencialmente violadoras. No caso da estratégia de vestir o uniforme de policial penal, além do risco imposto ao próprio pesquisador, temos também o risco que consequentemente se impõe aos “colegas” (sujeitos de pesquisa), questão essa minimizada, naquele momento, pelo consentimento e desejo dos policiais de que tal estratégia acontecesse, a fim de mostrar uma realidade laboral geralmente invisibilizada nos cenários de pesquisa. Não apenas em locais como presídios, mas nas ruas, ao observar e circular por esse contexto, numa aproximação às pessoas em situação de rua, o risco é sempre uma dimensão a se considerar (risco de um episódio de violência urbana, de uma abordagem policial não muito amistosa, de contrair doenças infecto-contagiosas, etc.) antes de ir a campo. Outro ponto a ser mencionado diz respeito ao risco de nos habituarmos ao contexto no qual estamos inseridos e, consequentemente, às situações de violações de direitos. Estar enfiado em um presídio por quatro ou cinco meses, ou circular pelas ruas durante semanas, pode fazer com que nos habituemos a esses lugares e não percebamos com a mesma intensidade as questões/situações que antes nos chamavam a atenção, ou até mesmo nos chocavam: o preso em surto; as necessidades materiais de um detento e a violência para com os seus familiares; a violência enquanto *modus operandi* da cadeia; assim como o abandono das pessoas em situação de rua... O risco aqui é a de uma dessensibilização de nosso “olho/corpo vibrátil”, despotencializando nossa principal ferramenta de pesquisa: nossos corpos/afetos.

Por fim, outra questão que se coloca aqui como elemento central diz respeito à posição ocupada pelo pesquisador-cartógrafo. Mais que um observador, o pesquisador aqui se transforma também em sujeito de pesquisa, tendo seu corpo como principal instrumento de contato com o campo. Além de observar os demais sujeitos, o pesquisador nesse caso está atento aos efeitos daquele campo em seu corpo... O medo, o asco, a revolta, a indignação, são afetos que se fazem presentes nesse momento, sendo cruciais para o processo de pesquisa, sobretudo em se tratando de mapear processos de subjetivação. Assim, torna-se fundamentação ao cartógrafo o cultivo de um estado de presença no campo, atento ao modo como seu corpo/afeto reage as diversas situações encontradas. Para isso, dentre outras coisas, recomendamos o uso do diário de campo, a fim de registrar (de preferência durante ou imediatamente após os momentos de pesquisa) sentimentos, observações, afetos, enfim, o modo como nosso vibra no campo de pesquisa em questão.

Entrevistas: o bate-papo semiestruturado

No que diz respeito às entrevistas, há certos desafios quanto a utilizar essa estratégia de modo que cumpra com os objetivos de uma cartografia. Tradicionalmente entendida como um método com perguntas abertas e fechadas, permitindo que o entrevistado fale livremente sobre os diversos temas propostos (Manzini, 2004), as entrevistas muitas vezes se situam em uma dimensão muito objetiva da realidade, pela maneira como é executado, tendo, assim, dificuldades em traduzir o campo da subjetividade, foco principal da cartografia.

Assim, algumas estratégias foram sendo pensadas por nós, ao longo desses anos, no intuito de minimizar esse problema. Em primeiro lugar, invertemos a tradicional ordem na qual estão dispostas as perguntas do roteiro de entrevista. Geralmente, um roteiro de entrevista inicia com perguntas que tem por finalidade obter dados sociodemográficos (nome, idade, ocupação, renda, estado civil, etc.). Porém, nossa experiência tem demonstrado que por vezes, ao responder tais questões, fechadas e objetivas, as outras perguntas (essas sim, mais abertas e subjetivas) tendem também a serem respondidas de maneira fechada, com poucas palavras, contaminando, assim, todo o processo de entrevista. Por isso, ao iniciar com as perguntas abertas, damos o tom da conversa, estabelecendo com o entrevistado uma relação quase que de informalidade, trazendo a entrevista para algo próximo de uma conversa, ou um “bate-papo semiestruturado”. Focar nas questões abertas também tem sido um ponto apontado por outros autores (Tedesco, Sade & Caliman, 2013), permitindo assim que pesquisador e sujeito possam discorrer abertamente sobre determinado tema: “As perguntas funcionam mais como um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir” (idem, p. 310). Em segundo lugar, substituímos o “O que é” pelo “Como é”. Uma entrevista que se propõe a mapear processos de subjetivação deve estar atenta também ao sujeito enquanto alguém que se movimenta ao longo de uma vida, uma carreira, um ambiente de trabalho. Assim, a pergunta “o que é” (O que é o trabalho, o que você sente, etc.) tende a congelar processos em algo fixo acabado. Dessa forma, temos optado por usar perguntas que iniciam com “Como é” (como é isso p você? Como é ser um policial penal? Etc.), convidando o sujeito entrevistado a descrever o funcionamento de um determinado processo, fato também salientado por Tedesco, Sade e Caliman (2013).

Dessa forma, um dos resultados possíveis é a descrição do processo, uma ideia de movimento, do modo como as coisas acontecem. Cabe ao cartógrafo tentar acompanhar esse movimento, as nuances da fala, rupturas, intensidades, etc. (idem). Além disso, nossa experiência tem mostrado que dessa forma os entrevistados são convidados a falar mais, geralmente discorrendo de maneira mais ampla sobre um determinado assunto.

Outro ponto importante diz respeito ao lugar onde acontecem as entrevistas. Em se tratando de campos de pesquisa tais como os descritos nesse texto, nem sempre (na verdade, quase nunca)

teremos um lugar e horário formal para a realização de entrevista, restando ao entrevistador a opção de se adaptar ao contexto, realizando as entrevistas muitas vezes nas ruas, paradas de ônibus, calçadas, embaixo de marquises, botecos, corredores das prisões, alojamentos dos policiais penais, etc. Desse modo, mais do que nunca cabe ao pesquisador usar isso ao seu favor, transformando a formalidade do processo de entrevista em uma proposta de bate-papo, por vezes estruturado, por vezes não estruturado, onde é possível conversar sobre qualquer coisa. No campo das pesquisas sobre processos de subjetivação, tal perspectiva se torna importante por permitir que conteúdos dos mais diversos venham à tona, já que, muitas vezes, torna-se difícil materializar em perguntas de um roteiro de entrevista elementos da chamada “subjetividade”. Muitas vezes, esse objeto de estudo surge nos momentos mais espontâneos, ora como discurso, ora como expressão corporal, ora como afeto.

Conforme sinalizam Tedesco, Sade e Caliman (2013), uma entrevista cartográfica não visa apenas a “informação, isto é, o conteúdo do dito, e sim o acesso à experiência em suas duas dimensões, de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência e não como representação” (p. 305). Assim, concordamos com as autoras quando propõem que mais do que o conteúdo, importa ao entrevistador cartógrafo o acesso ao ritmo, a entonação, as pausas... (idem). A ideia aqui é a de que a entrevista não visa um relato sobre a experiência mas “a experiência na fala” (idem), ou seja, a entrevista constitui uma experiência em si mesma, atravessada por afetos, cheia de bifurcações, possibilidades. Possibilidades estas que o cartógrafo habita cuidadosamente ao realizar uma entrevista... Atento sempre ao jogo de forças, as nuances da conversa, sempre no “entre”, o entrevistador cartógrafo está atento a essas possibilidades, sempre pronto a aprofundar um tema, alterar o rumo da conversa, favorecendo a construção de outros territórios existenciais.

A atenção do cartógrafo durante a entrevista está conectada a aspectos que nem sempre são objetivos. Não se trata apenas de registrar os conteúdos ditos, mas também nos interrogar: “qual é o afeto que provoca a variação da fala? E ainda, dependendo do contexto, averiguar: o que está sendo dito quando o sujeito não está falando?” (Idem, p. 307). Portanto, estamos atentos à fala, aos conteúdos, mas também à paisagem psicossocial ao redor, às reações do entrevistado ao relatar um tema difícil, a emoção presente nos momentos de silêncio, etc.

Rodas de conversa: rodas “quentes” como aposta metodológica

Outra estratégia que consideramos importante no processo de cartografia e análise institucional é a roda de conversa. Tradicionalmente conhecida como um espaço de circulação da palavra, a ideia da roda é a de que os participantes debatam um ou mais temas durante algum tempo, permitindo assim o debate e troca de ideias. Assim, as rodas de conversa consistem em um tipo

de dispositivo que visa criar condições de diálogo entre os participantes, propiciando um momento de escuta e de circulação da palavra (Afonso & Abade, 2008), promovendo a reflexão e discussão sobre um determinado tema

Levando em conta que a cartografia busca não apenas mapear processos de subjetivação mas também construir novos territórios existenciais, a roda de conversa é uma excelente ferramenta nesse sentido. Ao fazer a palavra circular, o pesquisador permite que os sujeitos se dêem conta dos atravessamentos, transversalidades, dentre outros elementos presentes no cotidiano de trabalho.

Alinhada também aos princípios da análise institucional, a roda de conversa pode ser o momento propício para pôr em análise alguns acontecimentos ou “analísadores[i]” do cotidiano dos trabalhadores. São nessas situações que o analista ou cartógrafo debate com os sujeitos algumas situações observadas, situações que colocam em cena o jogo de forças presentes do dia a dia, etc.

Assim, a estratégia cumpre uma tripla função: mapear processos de subjetivação (Quem são esses trabalhadores? Que linhas de subjetivação estão em funcionamento naquele contexto?); revelar analisadores e assim promover um debate na direção da autoanálise e autogestão (quais problemas vocês enfrentam no cotidiano? Como podem resolvê-los?); e, por fim, porém não menos importante, produzir novos territórios existenciais (O que ou quem podemos nos tornar? Que tipo de trabalho queremos? Quais transformações são possíveis para esse espaço?). Ou ainda, nas palavras de Kastrup e Passos (2013), realiza-se, através da cartografia, três níveis de inclusão: a dos sujeitos e objetos; dos analisadores; e a dos movimentos do coletivo.

No caso da pesquisa em contextos limítrofes (ou, como temos denominado aqui, em contextos de violações de direitos), consideramos importante (quando isso é possível, obviamente) que as rodas aconteçam nos locais onde os sujeitos habitam cotidianamente, onde a pesquisa acontece, exatamente naquele cenário problemático, caótico e, por vezes, conflitante. Em virtude disso, temos utilizado a denominação “rodas quentes”, para pensar essa estratégia metodológica. O termo “quente” remete aqui ao calor do momento, das situações vividas e do ambiente real em que se encontram os sujeitos.

Em se tratando do trabalho em prisões, por exemplo, fazíamos as rodas de conversa durante os turnos de trabalho dos policiais penais. Um ou outro ficava de fora, nos postos onde a vigilância não poderia deixar de acontecer (entrada, torres de vigilância, etc.) e fazíamos o encontro com a maioria dos sujeitos, no refeitório ou corredor do presídio. Nessas ocasiões nossa conversa se dava no contexto real onde os problemas se davam, onde as subjetividades eram produzidas, onde os afetos circulavam. O cheiro característico do presídio (que, obviamente, é péssimo), o risco de uma rebelião, o ambiente pesado, tudo isso estava ali o tempo todo, e certamente produzia um impacto nos conteúdos debatidos nas rodas, nos problemas a serem pensados, no can-

saço exposto pelos trabalhadores, etc.: “*Os presos tão agora no banho de sol, mas quem garante que não estão tramando algo? Quem garante que daqui a pouco, quando a gente entrar lá não tem uma surpresinha pra gente?!*” (fala de um policial penal).

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que ao optarmos uma roda quente, há uma real possibilidade de intervenções não desejadas, interrupções, ou mesmo ter que encerrar a atividade por um motivo presente no contexto, o que não deixa de ser, porém, algo fundamental a ser analisado pelos pesquisadores, ou seja, no fundo tudo é “dado” de pesquisa e ajuda a compor a cartografia. Em uma de nossas rodas em presídios, por exemplo, tivemos que interromper nosso encontro com os policiais penais devido a chegada da notícia de que um de seus colegas havia sido baleado enquanto fazia a escolta de um preso para uma consulta médica (posteriormente tivemos a confirmação de seu falecimento).

Para (não) concluir: Subjetividade como bússola do cartógrafo

De todas as estratégias traçadas e esmiuçadas aqui, algo surge como elo de conexão e como um elemento a ser pensado e aprofundado futuramente: a presença da “subjetividade” no fazer pesquisa. Todas as estratégias elencadas foram pensadas pelo fato de possuírem a capacidade de colocar em evidência esse elemento tão difícil de ser pensado/objetivado nas pesquisas acadêmicas. Historicamente relegado ao campo do esquecimento, ou mesmo algo a ser eliminado do processo de produção de conhecimento, a subjetividade aqui é, mais do que algo a se considerar, o elemento norteador da pesquisa, a bússola do cartógrafo.

Dessa forma, cabe aqui primeiro uma breve reflexão sobre o uso desse termo, e ao que nos referimos quando falamos sobre a subjetividade em contextos de pesquisa. Como a própria cartografia indica, a concepção de subjetividade adotada aqui transcende às clássicas concepções dos saberes psi, ou seja, que pensam a subjetividade como algo interiorizado, individualizado e privatizado, restrito, do ponto de vista de sua produção, à esfera familiar/psicológica. Outrossim, estamos nos referindo à subjetividade que é concebida, produzida, modulada e atravessada pelo social: “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (Guattari & Rolnik, 1986, p. 31), ou seja, pelas relações sociais, pelo trabalho, pela cultura e valores de uma dada época, pela mídia, etc.: “Ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (idem, p. 33). Não se trata, portanto, de um sujeito de enunciação, ou das instâncias psíquicas formuladas por Freud, mas de “agenciamentos coletivos de enunciação” (nas palavras de Guattari & Rolnik, 1986, p. 30), agenciamentos esses que o cartógrafo persegue em seu percurso de pesquisa, atento ao sinais que os mesmos produzem no campo e em sua própria subjetividade.

Por fim, não poderíamos deixar de falar do conceito de implica-

ção para o trabalho do pesquisador-cartógrafo. Para a análise institucional, a implicação diz de nossas relações com o campo pesquisado, fenômeno, equipamento, instituição, etc (Monceau, 2008; Lourau, 1993) o que nos conecta ou nos afasta, nos atravessa ou transversaliza. Estamos sempre implicados, porém de distintas maneiras. O que nos conecta a uma prisão e seus trabalhadores? Ou a pessoas em situação de rua? Que forças nos impulsionam (ou despotencializam)?

Assim, é fundamental que nesse processo de inserção cartográfica, saibamos identificar o que nos move, nossos atravessamentos socio-políticos, desejantes, libidinais, etc. É dessa análise de implicação, como chamamos, que virá um certo entendimento sobre nosso posicionamento em campo, sobre a direção que nosso olhar tomará no processo cartográfico, porque estamos mais sensíveis a determinados processos/forças do que outros e, sobretudo, de qual posição ético-estético-política falamos.

NOTA

[i] Os analisadores, para a análise institucional, consiste em tudo aquilo que pode revelar as forças (conflitantes ou não) presentes em um dado contexto. Assim, entende-se que é o analisador quem realiza a análise, é ele quem revela a instituição (Lourau, 1993; 1995).

BIBLIOGRAFÍA

- Afonso, M. L., & Abade, F. L. (2008). *Para Reinventar as Rodas: rodas de conversa em Direitos Humanos*. Belo Horizonte: RECIMAM.
- Barembliitt, G. F. (1998). *Introdução à esquizoanálise*. Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Félix Guattari.
- Barembliitt, G. F. (1992). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Campos E. A. (2007). As representações sobre o alcoolismo em uma associação de ex-bebedores: os Alcoólicos Anônimos. *Caderno de Saúde Pública*, 20 (5), 1379-1387.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2005). *Código de Ética Profissional da psicologia*. Brasília: CFP.
- Cintra, A. M.; Mesquita, L. P.; Matumoto, S. & Fortuna, C. M. (2017). Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 29, n. 1, p. 45-53
- Farrero, J. G. (2014). *Caminar. Experiencias y prácticas formativas*. Barcelona: UOC.
- Figueiró, R. A. (2015). *Cartografia do trabalho de agentes penitenciários: reflexões sobre o "dispositivo" prisão*. Tese de doutorado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Figueiró, R. A. & Dimenstein, M. (2019). Militarização de agentes penitenciários no Brasil: segurança pública e processos de subjetivação. *Athenea digital*, 19 (2), p. 1-20.
- Guattari, F. (1981). *Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Kastrup, V. & Passos, E. (2014). Cartografar é traçar um plano comum. In: Passos, E., Kastrup, V. & Tedesco, S. (2014). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, p. 15-41.
- Kastrup, V. & Passos, E. (2013). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Rev. Psicol.*, 25 (2), p. 263-280.
- Kirst, P. G., Giacomel, A. E., Ribeiro, C. J. F., Costa, L. A. & Andreoli, G. S. (2003). Conhecimento e cartografia: Tempestade de possíveis. In: Kirst, P. G. e Fonseca, T. M. G. (org) (2003). *Cartografias e Devires: A Construção do Presente*. (pp. 91-102). Porto Alegre: EDUFRGS.
- Lourau, R. (1995). *A análise institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: *Seminário Internacional de pesquisa e estudos qualitativos*, 2, A pesquisa qualitativa em debate. *Anais...* Bauru: SIPEQ, 1 CD.
- Mello, L. C. A. (2022). *Pessoas em situação de rua: resistência e invenção do cotidiano no contexto do Distrito Federal*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Mouceau, G. (2008). Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. *Fractal Revista de Psicologia*, 20 (1), 19-26.
- Palombini, A. L. (2009). Utópicas cidades de nossas andanças: flânêrie e amizade no acompanhamento terapêutico. *Fractal: revista de psicologia*, 21(2), 295-318.
- Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Orgs.) (2009). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: EdUFRGS
- Tedesco, S. H., Sade, C., & Caliman, L. V. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal, Rev. Psicol.*, 25 (2), p. 299-322.